

DEBATE

problemas da revolução
brasileira

EDITORIAL: UNIDADE DA ESQUERDA

CARLOS MARICHELLA:

A CRISE BRASILEIRA

Nº 3

NOVEMBRO

70

I N D I C E :

EDITORIAL - UNIDADE DA ESQUERDA 2

DOCUMENTOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA :

Da VAR-Palmares aos companheiros da DI, POC e PRT . . . 9

FERNANDO DE ANDRADE : Notas sôbre a composição e o pêsso social
específico da classe operária e das camadas intermediárias da
população no Brasil 13

JÚLIA MOURA : O movimento estudantil brasileiro : do refor -
mismo á revolução 17

CARLOS MARIGHELLA : A crise brasileira 24

UNIDADE DA ESQUERDA

Nosso número 3 estava em preparação quando morreu em combate no Brasil o mais conhecido e respeitado dirigente da resistência armada à ditadura: Joaquim Câmara Ferreira. Sua morte -um ano após a de Carlos Marighella- é perda dolorosa para a Revolução Brasileira. É lutando por ela que o vingaremos.

Por unidade da esquerda entendemos a unidade das forças que compõem o movimento popular em seus diferentes níveis de organização. Tal unidade não é pois simplesmente a unidade das organizações de esquerda; fundamentalmente é a unidade de todos os explorados e oprimidos pela ditadura.

No entanto na medida em que a unidade política das massas populares tem como uma de suas pré-condições a unidade das organizações e partidos de esquerda, a questão da unidade se desdobra em duas outras:

1) a da unificação da esquerda ao nível partidarizado e de frente (donde, política de integração e de aliança)

2) a do programa revolucionário, entendido como expressão sintética e coerente das aspirações e das necessidades objetivas mediatas e imediatas das grandes massas da população.

Cada uma destas duas questões comporta um aspecto específico e uma dinâmica própria, muito embora a solução correta de cada uma dependa da solução correta da outra. Isto é : ambas supõem uma solução de conjunto, uma estratégia revolucionária.

Nas condições presentes da luta de classes a estratégia revolucionária se defronta, no Brasil, com dois problemas centrais cuja raiz comum é justamente a inexistência de unidade das forças políticas e das bases sociais da Revolução : dispersão das forças de vanguarda, dispersão das lutas de massa.

Ninguém desconhece esta situação. Mas são muitas as maneiras de interpretá-la. Antes pois de entrarmos no tema propriamente dito (unidade da esquerda) cabem algumas considerações preliminares sobre o caráter das divergências na interpretação da situação atual da esquerda.

xxx

Não é aqui o lugar para fazer um balanço das lutas populares nos últimos anos. Damos por conhecidos os fatos e os problemas principais que marcaram este período (sobretudo a partir de 1968). Queremos insistir tão somente num ponto que nos parece decisivo e que no entanto não vem sendo levado suficientemente em consideração nos diferentes documentos e pronunciamentos emanados das várias organizações ligadas à resistência armada : longe de constituir um processo linear de desenvolvimento da "guerri-

lha urbana", a luta armada no Brasil está numa segunda fase, cujo início podemos datar (aproximadamente) de outubro 68, momento em que termina o fluxo das massas urbanas, iniciado em março 68. Contrariamente à opinião - e às expectativas - de muitos camaradas, esta segunda fase não foi de generalização e de aprofundamento da luta guerrilheira (isto é, não foi de passagem à guerrilha rural nem de participação crescente de setores de massa no processo armado), mas de refluxo das massas urbanas e de cerco militar na cidade.

Assim, ao período inicial da ação armada (até fins de 68) caracterizado pela combinação das ações armadas dos partisans urbanos com o desenvolvimento das lutas de massa, violentas e pacíficas, bem como das organizações revolucionárias clandestinas e ilegais dos trabalhadores urbanos e dos estudantes, seguiu-se um período (que perdura até hoje), caracterizado pelo refluxo do movimento de massas e pelo consequente isolamento dos grupos armados, acentuado pela intensificação do processo repressivo (emprego da tortura em larga escala).

Este isolamento não significa necessariamente um retrocesso; em alguns níveis, sobretudo no referente à polarização dos diversos grupos armados em volta dos mais importantes e à propaganda em escala nacional e internacional da resistência armada, houve nítido avanço em 1969, justamente quando a ditadura punha em prática sua campanha de "tortura e aniquilamento" da resistência urbana.

É inegável porém que o isolamento e os duros golpes recebidos deixam marcas. Por exemplo na tendência, hoje dominante numa organização armada, a recusar sistematicamente o trabalho de massas, o trabalho político e ideológico e a própria teoria marxista. Ressurgem, às vezes sob novas formas, mas sempre com velhíssimos argumentos, as "teorias" sobre a impossibilidade da luta de massas "na primeira etapa da revolução". Em lugar da concepção marxista da luta de classes campeiam as mais extravagantes elocubrações de tipo tecnocrático sobre a eficácia militar da "organização armada". Um dos autores mais prolíferos desta tendência chega a declarar que "uma organização armada deve enfrentar os mesmos problemas que uma indústria: não se pode aumentar a produção aumentando simplesmente a mão de obra" (querendo com esta curiosa metáfora ilustrar sua concepção de recrutamento). Raciocina-se frequentemente como se as desvantagens atuais fossem vantagens, por exemplo como se o fato de que as organizações independentes dos trabalhadores e dos estudantes tenham sido condenadas à ilegalidade pelo regime oligárquico e militar que oprime o povo brasileiro fosse uma vantagem, já que "radicaliza" a situação. Não sabemos se os que assim pensam baseiam-se no princípio profundamente anti-marxista do "quanto pior, melhor" ou se a-

penas fazem o "jôgo do contente", como se os golpes da repressão só servissem para tornar "mais explosivas" as condições revolucionárias.

A posição de "Debate" nesta questão é rigorosamente coerente com os princípios enunciados no editorial de seu primeiro número. A luta armada não é talismã ou fórmula mágica capaz de por si só assegurar um correto caminho para a revolução brasileira. Afirmada no abstrato (isto é, fora da análise concreta da correlação de forças entre as classes sociais no Brasil), ela é apenas um chamado ao combate, um tema agitativo, quando não um imperativo puramente moral. Em qualquer destas hipóteses ela não serve nem de fio condutor da tática, nem de plataforma mínima da unidade da esquerda.

Se porém a considerarmos corretamente, como uma das expressões da luta popular, a resistência armada dos partisans urbanos, qualquer que venha a ser seu destino no futuro próximo (isto é, quer se acentue o atual refluxo, quer dê êle lugar a um nôvo avanço, por exemplo através da extensão ao campo das ações urbanas) constitui uma experiência histórica decisiva na luta de libertação do povo brasileiro. Caberia porém perguntar: o que significa na prática considerar a luta armada apenas como uma das formas de resistência popular à ditadura? Uma resposta satisfatória e rigorosa a esta questão supõe uma discussão séria do programa e da tática, coisa que não podemos fazer neste momento, mas que constitui uma das tarefas teóricas a que "Debate" se propõe colaborar. Por ora podemos apenas indicar em que sentido e em que direção se devem buscar respostas a esta questão fundamental. Antes de mais nada cabe reconhecer que na atual conjuntura só se pode romper o cêrculo policial-militar à resistência armada urbana através da ampliação política das bases sociais da resistência. Enganam-se pois os camaradas que querem rompê-lo "no tapa". Cabe também reconhecer que a insistência em dar murro em ponta de faca leva a delapidação do patrimônio humano da revolução, e portanto à delapidação de recursos estratégicos em operações táticas. E que finalmente ou a resistência armada adota uma concepção científica da luta revolucionária, passando a orientar sua tática em função do movimento objetivo da sociedade, ou condenam-se à estagnação, quando não à derrota pura e simples.

xxxxxxx

Acresce que nas condições em que hoje se desenvolve no Brasil a resistência armada popular à ditadura, isto é, num país capitalista onde se suprimiram as instituições clássicas da república burguesa e em especial as liberdades políticas e constitucionais de tipo democrático-burguês (que nunca chegaram a existir em sua forma "pura" no Brasil, mas que eram até certo ponto respeitadas pela Constituição de 1946 e que iam se fortalecendo com

as lutas das massas urbanas e rurais no período anterior ao golpe de 64), não são de molde a facilitar a ligação dos destacamentos de vanguarda (sobretudo os destacamentos de partisans, objeto de furiosa e selvagem caçada por parte do aparelho repressivo do regime) com as grandes massas da população. Esta é uma situação de fato, uma limitação histórico-concreta da luta de massas em nosso país. Ignorar esta situação é estupidez. Mas em nome das dificuldades que comporta hoje o trabalho de massas, voltar as costas às massas, ainda que seja só "na presente etapa", é um suicídio político...

O que importa é, reconhecendo esta situação, tirar as conseqüências táticas principais, entre as quais as seguintes:

a) necessidade da organização clandestina da luta revolucionária. Com efeito, nas atuais condições de luta só a clandestinidade assegura independência à luta política. Claro que ao nível da luta de massas, clandestinidade significa sobretudo ilegalidade, isto é, resistência organizatória à "legalidade" da ditadura policial-militar. As massas, por definição, não podem ser clandestinas no sentido conspirativo do termo... Embora pareça óbvio, tal esclarecimento se faz necessário sobretudo tendo em vista as concepções "ultra-guerrilheiras" para as quais só é revolucionária a luta armada clandestina e só é clandestina a rede militar dos grupos armados. Não admitem que a guerra urbana de partisans seja apenas uma das formas de luta revolucionária na cidade; não entendem que só através da organização independente dos trabalhadores (organização que deve necessariamente ser clandestina, já que inexistente a democracia burguesa e portanto inexistente a possibilidade de uma organização ao mesmo tempo independente e legal-isto é reconhecida pelo Estado burguês- dos trabalhadores e dos estudantes) poderá alterar-se, em favor da Revolução, a atual correlação de forças entre Contra-Revolução e Revolução. (Não seria aqui demasiado repetir o famoso princípio marxista de que a emancipação dos explorados deve ser obra dos próprios explorados. Este princípio recusa tanto o reformismo -que pretende de cima para baixo "melhorar" a condição dos explorados- quanto o vanguardismo -que quer emancipar os explorados lutando no lugar deles).

b) necessidade de se lutar em tôdas as frentes. Exatamente na medida em que a luta revolucionária deve ser clandestina porque assim o exigem as circunstâncias concretas de nossa situação (e não porque a clandestinidade seja em si mesma um fator revolucionário), é imprescindível que se estabeleçam desde já formas efetivas de ligação entre as organizações de resistência e o movimento de massas.. Disso estão conscientes algumas das principais organizações combatentes do Brasil. Com efeito, a clandestinidade, bem como a violência armada, são de pouca utilidade se não servem para

pôr em marcha o povo. Ora, para se pôr em marcha o povo é preciso lutar com êle e ao lado dele. Que isso "coloque problemas de segurança", é inegável. Mas a segurança é uma questão técnica que deve ser solucionada no interior e em função de uma linha política. Uma "segurança" que separa os partisans do povo não serve nem aos partisans nem ao povo.

c) necessidade de uma frente contra a ditadura e contra o imperialismo-
Fala-se muito atualmente em alianças e mesmo em fusões entre algumas das organizações que participam da resistência contra a ditadura. Na medida em que correspondem à realidade estas notícias constituem um dado positivo. É preciso no entanto analisar corretamente o caráter e o alcance deste processo complexo de unificação. Sabemos todos quão grande é o atrazo teórico e político de nosso movimento revolucionário. Concepções hoje rejeitadas por todos os marxistas devido a seu simplismo e à sua cega unilateralidade (como a tão falada "teoria do foco") ainda em nossos dias encontram intransigentes defensores - que preferem no entanto disfarçar suas concepções, falando agora em "coluna". Só que da "teoria" do foco à "teoria" da coluna o que mudou foi apenas o nome. Não se trata porém de criticar com pedantismo e arrogância nossos colonistas. Porque antes de mais nada o que cabe reconhecer é que a maioria dos que se enganam quanto à tática são combatentes honestos e consequentes, dispostos a levar até o fim a luta contra os inimigos do povo. O que importa justamente é evitar que se percam os resultados de tanto esforço e de tanto sofrimento. É fazê-los compreender que num momento em que a iniciativa está em mãos do inimigo, a vitória consiste em conservar as próprias forças (ao passo que para quem está com a iniciativa, a vitória consiste em aniquilar as forças do inimigo). Por isso, e para ficarmos apenas ao nível da luta militar, a vitória, nesta fase, consiste em conservar as forças da revolução. A sucessão interminável de quebras e de mortes em nossas fileiras mostra que não se tem sabido responder corretamente às exigências da situação.

Além das condições subjetivas da Revolução, e especificamente, da aplicação consequente de uma correta linha política marxista-revolucionária, a alteração da atual correlação de forças entre Revolução e Contra-Revolução depende de fatores objetivos, independentes da vontade desta ou daquela organização política ou grupo armado. Entre eles os seguintes: 1) uma intensificação das contradições no seio das classes dominantes e em especial, (a) luta entre entreguistas -pro-yankees incondicionais- e nacionalistas grão-burgueses -que aspiram transformar o Brasil em nova metrópole capitalista e (b) luta entre as oligarquias urbanas (grande capital monopolista e tecnocratas do setor público da economia) e a oligarquia rural, tendo por objeto a liquidação do monopólio latifundiário da terra em proveito da grande empresa agrícola capitalista; 2) novo fluxo do movimento de

massas (sintomas do caráter que poderá assumir êste nôvo fluxo: lutas camponesas de março-junho 70 no Nordeste; lutas das massas urbanas contra as diferentes formas de opressão política e militar : luta dos estudantes contra a repressão e a tortura, luta operária contra a ditadura - a morte de Olavo Hansen a simboliza- e em geral a luta econômica de todos os assalariados).

Não se trata porém de profetizar. O marxismo nada tendo a ver com as artes divinatórias e a atual situação militar da guerra de partisans sendo extremamente confusa (ao menos quando se tenta elaborar uma visão de conjunto), qualquer prognóstico sobre a eventualidade de uma generalização da guerra de guerrilhas, sobre sua possível transformação em guerra popular seria puro palpíte, puro desejo, puro subjetivismo. Ora, somente tal transformação, somente êste salto qualitativo, permitiria que os grupos armados se transformassem objetivamente em direção política das massas exploradas e oprimidas. Enquanto tal salto não se verificar, todo intento de reduzir as tarefas políticas da luta contra a ditadura, contra o imperialismo, pelo socialismo às necessidades imediatas e às perspectivas a curto prazo dos grupos de guerrilha urbana, constitui um retrocesso. Do ponto de vista da luta pela unificação da esquerda, tal tentativa seria mais uma mobilização dos já mobilizados e portanto manteria a desmobilização dos não-mobilizados.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Donde algumas conclusões gerais sobre as condições em que hoje pode se verificar a unificação da esquerda:

a) ao nível partidário: independentemente da estagnação atual da guerrilha urbana no Brasil é evidente que nem a guerra urbana de partisans, nem a guerra de guerrilhas no campo podem enquanto tais (isto é enquanto lutas militares) cumprir ou suprir as tarefas "clássicas" dos partidos proletários e marxistas. Evidentemente, um partido proletário se forja na luta e neste sentido a resistência armada e as lutas de massa dos últimos anos constituem uma das premissas históricas do reencontro, em nosso país, do marxismo revolucionário e do movimento de massas. Mas crer que tal reencontro será o resultado automático do crescimento dêste ou daquele grupo armado é cair num engano funesto.

b) ao nível de frente : vimos que se fala muito atualmente em frentes táticas das organizações armadas e mesmo das organizações de tipo partidário. No referente às primeiras, o próprio caráter tático destas frentes é mais operacional-militar que político. Evidentemente os acordos particulares sobre questões concretas são importantes, sobretudo na medida em que fortalecem a resistência armada e lhe abrem perspectivas mais amplas.

de unificação. Mas tais acordos não suprem nem de longe a dupla necessidade de (1) construir na luta o partido marxista-revolucionário e de (2) criar uma vasta frente (e não apenas uma "frente da esquerda revolucionária") contra a ditadura e contra o imperialismo, reunindo tôdas as forças e correntes que se opõem efetivamente à ditadura oligárquico-militar.

xxxxxxx

As conclusões acima tratam apenas de situar os problemas e as tarefas da Revolução Brasileira ao nível da vanguarda organizada dos trabalhadores, dos estudantes e de tôdas as camadas da população oprimidas pela ditadura. Por isso têm um caráter principalmente crítico e neste sentido, negativo. Ou melhor, elas constituem uma crítica preliminar ao trabalho teórico positivo de discussão das condições concretas a que deve obedecer no Brasil (1) a criação do partido marxista-revolucionário, (2) a formação de uma frente agrupando tôda a oposição efetiva à ditadura e (3) a formulação científica do programa da revolução brasileira. "Debate" soma-se ao esforço dos que procuram dar resposta a estas questões. Na medida do possível consagraremos um editorial a cada um destes problemas, em nossos próximos números.

Para finalizar, alguns esclarecimentos sobre o ponto de vista de qual "Debate" encara seu próprio papel, enquanto publicação marxista independente, relativamente ao conjunto da esquerda:

1) A questão da unidade dos grupos armados, das formas políticas que assumirá e das relações que há de estabelecer com o conjunto do movimento popular só pode ser resolvida pelos próprios grupos armados. O que nos cabe notar é que, na medida em que tanto a análise teórica quanto a experiência histórica dos últimos anos vem mostrando claramente a falácia das concepções mecanicistas que pretendem criar exércitos populares e partidos revolucionários a partir de ações militares de fustigamento do aparelho repressivo das classes dominantes, o que importa é situar corretamente o aspecto inegavelmente positivo e mobilizador desempenhado pela luta armada (enquanto resistência armada à ditadura), separando-o do aspecto negativo (o foquismo-agora em sua versão colunista, o vanguardismo auto-suficiente e tôdas as formas subjetivistas de subestimação da luta de massas e das leis objetivas da luta de classes). Tal foi o sentido das observações contidas neste editorial e tal será o das daquelas dos próximos números.

2) Num fase de reconstituição do movimento revolucionário é inevitável que surjam tendências a fazer "tabula rasa" da experiência histórica da luta de outros povos (ou então a privilegiar unilateralmente uma

experiência particular em detrimento de outras). Também inevitável é certa auto-suficiência dos que imaginam ter o monopólio da ação revolucionária, ou dos que pensam que uma posição política é tanto mais correta quanto mais "radical" for. Por isso às vezes é salutar enfatizar certas verdades simples e elementares, quando não tautológicas. Por exemplo a de que uma frente não é um partido e a de que um partido nunca pode ser reduzido a um aparelho militar. Acreditamos ter sido suficientemente claros ao sustentar que (1) a resistência armada é justificável e necessária enquanto subsistir a ditadura; ora, sem organizações militares não se faz resistência armada e que (2) do mesmo modo que querer formar um partido com um programa e com métodos de uma frente é oportunismo, querer formar uma frente com programas e métodos de um partido é sectarismo esquerdista. Na medida em que nossa esquerda - e em especial seus setores historicamente decisivos, isto é, aqueles que combatem a exploração e a opressão armados da teoria marxista, forem capazes de resolver estes problemas teóricos e práticos com que se defronta hoje o movimento revolucionário brasileiro, terão sido criadas as condições para que a ditadura - e as classes sociais que a sustentam - sejam postas em seu devido lugar : na lata de lixo da História.

Os três últimos anos marcaram, apesar de tudo, um real avanço do movimento revolucionário no Brasil. Não tão grande quanto querem crer alguns camaradas, que confiam mais em seus próprios desejos do que na análise da realidade. Mas de qualquer modo, um avanço efetivo. E é isso que importa, em última instância. Porque, como disse Lênin, mais vale menos, e melhor.

DOCUMENTOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA:

DA VAR-PALMARES AOS COMPANHEIROS DA DI, DO POC E DO PRT

L-Analisando o desenvolvimento da conjuntura política nacional, verificamos que a esquerda revolucionária encontra-se nos dias atuais diante de uma conjuntura em que a tônica é fornecida pelo seu isolamento social das classes revolucionárias. O rompimento ainda recente com o stalinismo, aliado a uma luta sem tréguas contra a repressão, não permitiram a criação de instrumentos de expressão política. As ações revolucionárias de vanguarda, negando o pacifismo, propagando a violência como único caminho, afirmaram-se diante da massa, a ponto de possibilitar a existência de condições concretas para a penetração.

"A esquerda revolucionária deve se orientar fundamentalmente para levar à prática essa penetração. Entendê-la como única forma de orientar a luta política do proletariado, ao longo do processo revolucionário. Neste sentido, nossa preocupação principal deve ser a da condução da vinculação da

vanguarda à massa, rompendo às exigências que este trabalho nos impõe desde o seu início.

"A política de "resposta à altura", com o objetivo de se contrapor à repressão em cada momento da luta é uma perspectiva vanguardista que deixa de levar em consideração o próprio isolamento orgânico em que nos encontramos. Não podemos nos iludir quanto à nossa capacidade de travar choques permanentes e cada vez mais violentos com a repressão baseados apenas em nossas condições de auto aperfeiçoamento. Esta atitude, além de conduzir a vanguarda a um impasse político insuperável, uma vez que abstrai a fonte fundamental de recursos que é o próprio trabalho de massas, produz na consciência das massas uma falsa visão sobre a capacidade real da vanguarda, sem orientar de forma planejada a modificação de sua consciência.

"Ao mesmo tempo em que a tônica de nosso trabalho deve ser dada pela penetração na massa, não podemos abdicar do processo iniciado e desenvolvido que em última análise, é a luta política geral da esquerda revolucionária. A projeção atual da tentativa de mudança da correlação de forças é simultaneamente a penetração e o encaminhamento da luta política geral. Em nossos dias a luta política geral é travada fundamentalmente pela realização de ações revolucionária que afirmem a esquerda, mostrando à massa que, apesar de toda a propaganda inimiga, ela existe e impõe um processo de desgaste permanente da ditadura.

"As ações de propaganda armada são a forma fundamental de também se atingir as outras classes aliadas do proletariado. Muito embora não existam condições para a organização de imediato, sistematicamente, de parcelas avançadas de classes aliadas, a existência de ações de propaganda armada de modo permanente atingem estas classes de forma global, e o seu alcance não se limita a este ou aquele setor. Mesmo o apoio passivo de parcelas das classes aliadas à esquerda revolucionária em atividade, interferem na predisposição do proletariado para a luta e aproximação com a vanguarda" (Análise da Conjuntura Política, maio de 1970).

II - Para alterarmos a correlação de forças no país, no sentido de um decisivo fortalecimento do proletariado e de sua vanguarda, impõe-se um esforço permanente visando à inversão do processo de "atomização" da Esquerda Revolucionária, a partir da ampliação da unidade de ação da esquerda revolucionária como um todo.

Verificamos que a prática das diversas organizações nos últimos anos, aliada a um importante processo de luta teórica e ideológica, levou à caracterização de distintas tendências políticas e ideológicas que agrupam as diversas organizações.

Reafirmamos aqui a nossa visão segundo a qual a superação dêsse fraciona-

mento da Esquerda Revolucionária exige uma definição clara acêrca de suas componentes ideológicas básicas como premissa para a aceleração do processo de unificação da vanguarda proletária. Se renunciarmos ao esforço específico de elucidiação do significado político e ideológico das divisões da esquerda revolucionária brasileira seremos incapazes de verificar os limites reais para a unidade que perseguimos e ficaremos incapacitados para a própria avaliação da prática revolucionária das diversas organizações.

Dentro dessa visão diferenciada da Esquerda Revolucionária, que não opõe liminarmente ao reformismo em suas variantes pacifistas ou radicais, julgamos importante traçar claramente uma linha divisória entre a tendência expressa em nossas Organizações e o vanguardismo pequeno-burguês radical que só pode levar ao agravamento da situação de isolamento da vanguarda em relação às massas até a virtual liquidação daquela. Tais divergências com Organizações que representam os interesses e estão marcadas pela ideologia das camadas não proletárias da Aliança Revolucionária não impedem, evidentemente, a realização de frentes táticas nos mais diversos níveis, visando sempre à ampliação da unidade de ação da Esquerda Revolucionária.

Julgamos, porém, prioritário e de alcance prático superior na presente conjuntura, o estreitamento dos vínculos entre a VAR-PALMARES e as Organizações a que ora nos dirigimos, com as quais temos em comum objetivos (um Programa Socialista) e formulações estratégicas. A viabilidade e o alcance dessa unidade mais estreita entre nossas Organizações vem se verificando no plano da própria prática, malgrado os eventuais retrocessos causados, em geral, pela debilidade do conjunto, com melhores perspectivas ora numa ora noutra região, de acôrdo com as desigualdades das diferentes Organizações.

No sentido da mais ampla conjugação possível das forças de nossas Organizações e visando também a uma contínua superação das divergências ainda existentes, com base no intercâmbio de informações e experiências valiosas da prática de cada uma delas, propomos a constituição de um COMITÊ REVOLUCIONÁRIO PERMANENTE, a ser integrado nacionalmente pela DI, pelo POC, pelo PRT e pela VAR-Palmares. A constituição dêsse Comitê Revolucionário em nível nacional não exclui e antes pressupõe, como condição dessa coordenação num plano eminentemente prático, a existência de contatos de nível regional e setoriais entre as Organizações interessadas.

III- A afirmação dêsse Comitê Revolucionário se daria, a nosso ver, a curto prazo, principalmente a partir da conjugação das forças de nossas Organizações em tórno de campanhas sistemáticas de agitação e propaganda, do

trabalho de organização de parcelas avançadas das massas urbanas e rurais (constituição de União Operária e União Camponesa; organização da F.O.L. - Frente Operária de Luta, proposta pelo POC), na realização de todas as ações necessárias à manutenção da própria vanguarda, enfim, nos mais diversos níveis em que é possível coordenar as atividades das quatro Organizações. Isso não exclui, evidentemente, o processo de unificação política que pode vir a se expressar, inclusive, pela caracterização dessa unidade perante nossos aliados e a própria massa.

Em relação às campanhas de agitação e propaganda propostas acima, julgamos correto centralizar nos próximos meses toda a nossa atividade na campanha contra as torturas aos presos políticos, uma vez que estas constituem a mais clara e odiosa manifestação da opressão política e da repressão policial, que atinge o conjunto da Aliança de Classes Revolucionárias e favorece mesmo a neutralização de outras camadas. Expressão de nosso centro político, a luta contra o terror policial não pode ser dissociada, de acordo com a linha da VAR-Palmares, da difusão das idéias socialistas e da propaganda dos objetivos estratégicos da Revolução. Se abandonássemos esse ponto de vista de classe, a campanha contra as torturas se esgotaria, é evidente, nos limites do democratismo pequeno-burguês. Prevemos um período aproximado de 3 (três) meses para o desenvolvimento dessa campanha. Propomos desenvolvê-la vinculando às denúncias sobre as torturas todas as lutas contra as demais manifestações da opressão política e da repressão policial, e em particular, as que se desencadeiam sobre as massas na luta por seus interesses imediatos e específicos (luta contra o arrocho salarial, dissídios coletivos, etc). Num segundo momento, em princípio, voltaremos o centro de nossa agitação e propaganda para a denúncia da farsa eleitoral, cujo desfêcho está previsto para o mês de outubro. Nesse sentido julgamos importante, desde logo, desenvolvermos paralelamente à campanha atual, mas secundariamente, denúncias relativas à nomeação dos Governadores e outros fatos ligados à farsa eleitoral.

Em nossa campanha de denúncias às torturas aos presos políticos e outras violências policiais, devemos evitar a todo custo fazermos o jogo da repressão que se dará inevitavelmente se adotarmos o tom lamuriento e derrotista, ao invés de acentuarmos a combatividade e o heroísmo revolucionários de todos os que fazem das prisões da ditadura novas trincheiras da luta contra a exploração capitalista. Não poderemos entretanto dispensar os aliados nessa campanha. Pelo contrário, assumiremos a iniciativa de procurá-los, o que não impedirá que travemos um combate intransigente aos desvios no encaminhamento dessa campanha.

Propomos a articulação da campanha de denúncia das torturas a partir de um núcleo clandestino a ser constituído pelas quatro Organizações (DL - POC - PRT - VAR-Palmares) como condição para assegurar a sua amplitude e poder evitar os desvios cuja possibilidade consideramos acima. Entendemos contudo, que não devemos desprezar a possibilidade de obtenção de "fachadas legais" e apoio dos mais diversos setores (inclusive as Organizações reformistas) e instituições a essa campanha.

Saudações Revolucionárias

OUSAR LUTAR , OUSAR VENCER

Comando Nacional da VAR-PALMARES

- maio de 1970 -

NOTAS SOBRE A COMPOSIÇÃO E O PÊSO SOCIAL ESPECÍFICO DA CLASSE
OPERÁRIA E DAS CAMADAS INTERMEDIÁRIAS DA POPULAÇÃO NO BRASIL

Fernando de Andrade

&1-Dados numéricos sôbre a classe operária. Se consultarmos o IBGE de 1969 (relativo ao ano de 1968) encontraremos grave confusão a respeito da composição da classe operária brasileira. Segundo os dados relativos à Situação Econômica, o pessoal ocupado na indústria de transformação atingia em 31/12/68 a cifra de 2.218.278 pessoas. Mas segundo as estimativas contidas na parte do IBGE consagrada à Situação Social, o número de pessoas ocupadas na indústria de transformação, em 1968, era de 3.604.000. Como entender esta discrepância de 1.400.000 de trabalhadores tanto mais significativa que os dados da Situação Social não compreendem nem os territórios e nem os estados do Acre, Amazonas, Pará, Mato-Grosso e Goiás? Só há uma explicação: é que o IBGE muda seus critérios classificatórios de uma seção para outra (isto é, da Situação Econômica para a Situação Social) sem advertir o leitor não iniciado. No caso presente esta mudança de critério consiste em incluir, nos dados sôbre a situação social, os trabalhadores da agro-indústria. Não há outra maneira de entender a discrepância das cifras fornecidas pelo IBGE. Duas indicações suplementares confirmam esta interpretação:

a) Os dados relativos à Situação Econômica e que indicam, para dezembro 68, um total de 2.218.278 pessoas ocupadas na indústria de transformação, enumeram os ramos da produção industrial que fazem parte do setor de indústria de transformação. São ao todo 21 ramos, compreendendo o conjunto da produção manufatureira, com exceção justamente das atividades produtivas destinadas à transformação inicial dos produtos agrícolas, e em especial de nossos principais produtos agrícolas de exportação: café, algodão e açúcar.

b) Os dados relativos à Situação Social indicam para o Nordeste (inclusive Maranhão e Bahia) 831.000 trabalhadores ocupados na indústria de transformação. Ora, é evidente que tal cifra supera de longe os efetivos empregados na indústria manufatureira propriamente dita e só se compreendem se considerarmos que incluem os trabalhadores da indústria ligada à agricultura e particularmente os das usinas de cana de açúcar.

Precisando um pouco a ambígua terminologia do Anuário Estatístico do IBGE podemos pois dizer que nossa indústria rural ocupa 1.386.000 trabalhadores. Não podemos calcular nem mesmo aproximadamente a porcentagem de administradores, contra-mestres e agentes dos patrões que figuram neste total. Mas este cálculo é possível no caso da indústria manufatureira propriamente dita. O Anuário do IBGE de 69 fornece com efeito o quadro da "distribuição dos empregados no mês de novembro, por classes de salários, segundo os gêneros de indústria". Para nós o mais interessante nesta classificação é que ela distingue os empregados dos operários, permitindo determinação ri-

gorosa do proletariado industrial pròpriamente dito. Assim, num total de 2.241.728 pessoas ocupadas na indústria de transformação em novembro 68, havia 1.852.811 operários e 388.917 empregados administrativos. O que nos permite calcular a porcentagem dos assalariados não-operários em nossa indústria. Esta porcentagem é de 17,3%.

Os dados sôbre o grau de concentração do processo produtivo em nossa indústria também não são abundantes. O Anuário do IBGE de 69 fornece apenas os resultados do censo industrial de 1966. É neles portanto que nos basearemos para avaliar o nível de socialização do processo de trabalho no Brasil. Antes de mais nada, podemos constatar a estabilidade da relação entre empregados administrativos e operários em nossa indústria. A 31/12/66 o total de pessoas ocupadas na indústria de transformação era de 1.885.077 dos quais 1.528.105 "ligados à produção". Donde um pessoal administrativo de 326.972 assalariados. Estes últimos representavam pois uma porcentagem de 17,6% no total de pessoas ocupadas na indústria de transformação. Isto pôsto, podemos, para determinar o grau de concentração do processo produtivo na indústria de transformação dividir os estabelecimentos industriais em três categorias: a) com menos de 10 operários; b) de 10 a 99 operários e c) com mais de 99 operários. Os resultados são os seguintes, para o total de 1.528.105 operários que constituíam em 31/12/66 nosso proletariado industrial:

- a) - 57.425 operários trabalhando em estabelecimentos de menos de 10 operários.
- b) - 430.603 operários trabalhando em estabelecimentos de 10 a 99 operários
- c) - 1.040.077 operários trabalhando em estabelecimentos de mais de 99 operários. Dêstes, 488.717 trabalham em fábricas de 100 a 499 pessoas e 551.360 em fábricas de mais de 499 pessoas. É pois evidente o elevado grau de concentração do processo produtivo na indústria brasileira.

Relacionando o nível de concentração com os diferentes ramos da produção industrial podemos notar que:

1) - a indústria têxtil, com 270.767 operários, era em 66 a que ocupava o maior contingente proletário. A concentração neste ramo apresentava-se assim: 838 operários em estabelecimentos de menos de 10 operários, 37.422 em estabelecimentos de 10 a 99 operários e 232.507 em estabelecimentos de mais de 99 operários. Elevado grau de concentração, como se vê.

2) - a indústria de produtos alimentares ocupava o segundo lugar quanto ao número de operários: 184.109. Nível de concentração: 16.721 em fábricas de menos de 10 operários, 54.735 operários em fábricas de 10 a 99 e 112.653 em fábricas de mais de 99. Concentração do processo produtivo muito menor portanto do que no ramo têxtil.

3) - a metalurgia aparece em terceiro lugar com um contingente de

176.488 operários, dos quais 1.069 em fábricas de menos de 10 operários, 35.871 de 10 a 99 e 139.538 de mais de 99 operários. Concentração notavelmente superior à da indústria de produtos alimentares, mas inferior à da indústria têxtil.

&2-Sôbre o pêsso social específico da classe operária-Tomando como base os dados de novembro 68, que indicam a existência de 1.852.811 operários, podemos calcular seu pêsso específico na população efetivamente ocupada: sendo esta estimada, pelo IBGE, em 28.357.000 pessoas, teremos uma porcentagem de 6,53% de proletários industriais propriamente ditos. Relativamente à população maior de 14 anos (estimada em 48.442.000 em 68), a porcentagem de operários industriais cai para 3,82%.

Evidentemente a importância econômica e política da classe operária é incomensuravelmente superior à sua importância numérica. A despeito de que nosso proletariado está muito aquém do glorioso proletariado russo da época de Lênin, não resta dúvida que dele podemos também afirmar que sua força "no movimento histórico é infinitamente superior à sua porcentagem no conjunto da população" (Lênin, prefácio à segunda edição do "Desenvolvimento do capitalismo na Rússia"). O que não quer porém dizer que um proletariado de 2 milhões tenha a mesma força que um proletariado de 4 milhões de trabalhadores... Achar o contrário é cair no idealismo...

No entanto, o proletariado em seu conjunto, que o Manifesto Comunista define como "a classe dos trabalhadores modernos... que só encontram ocupação na medida em que seu trabalho aumenta o capital", não se reduz ao proletariado industrial propriamente dito. Ainda sem considerar o proletariado agrícola, cabe desde logo incluir nas fileiras do proletariado, ao lado da classe operária propriamente dita, os trabalhadores assalariados da indústria extrativa vegetal e mineral, os trabalhadores da construção civil e os dos serviços industriais de utilidade pública. Também aqui esbarramos com a mesma dificuldade assinalada acima a propósito da indústria de transformação: isto é, a completa incoerência dos critérios classificatórios utilizados pelo IBGE. Os dados da Situação Social nada têm a ver com aqueles relativos à Situação Econômica. Estes últimos referem-se apenas às "indústrias extrativas de produtos minerais" e fornecem os seguintes dados, exprimindo a ocupação no setor a 31-12-68: 48.791 pessoas ocupadas, das quais 43.018 ligadas à produção. (Recordamos que a mesma estatística indica um total de 1.885.007 pessoas ocupadas na indústria de transformação, das quais 1.528.105 "ligadas à produção"). Mas vamos aos dados da Situação Social, que embora sendo extremamente aproximativos, dão um panorama de conjunto da estrutura

do proletariado. Estas cifras não distinguem os quadros administrativos dos operários, e incluem não apenas os estabelecimentos propriamente industriais (como o faz a "Situação Econômica"), mas toda sorte de pequenos trabalhadores independentes (por exemplo, garimpeiros no caso da indústria extrativa mineral) no mais das vezes sub-empregados. É o que explica a diferença entre os 48.791 trabalhadores nos estabelecimentos industriais de extração mineral e as 224.000 pessoas trabalhando nas indústrias extrativas minerais de que nos fala a "Situação Social". Discrepância colossal dos dados contidos no mesmo Anuário: 175.000 pessoas socialmente ocupadas mas não economicamente! (Já que são consideradas como trabalhadores pela "Situação Social" mas não pela "Situação Econômica") Mas a contradição nos dados não é casual; ao contrário exprime -a contragosto- a contradição do sistema, que condena ao sub-emprego e ao sub-consumo as grandes massas da população.

É pois com todas as reservas que indicamos os setores do proletariado que não integram a classe operária "strictu sensu":

<u>Regiões</u>	<u>Indústria extrativa vegetal</u>	<u>Indústria extrativa mineral</u>
GB e Rio	3.000	11.000
Sao Paulo	6.000	23.000
Paraná, S. Catarina, RGS	28.000	46.000
Minas e Espírito Santo	80.000	73.000
Nordeste (inclusive Maranhão e Bahia)	370.000	71.000
	<u>487.000</u>	<u>224.000</u>
	TOTAL	+ 224.000 = 771.000
	<u>Construção Civil</u>	<u>Serviços Industriais de Utilidade Pública</u>
GB e Rio	196.000	31.000
São Paulo	290.000	36.000
Paraná, S. Catarina e RGS	235.000	55.000
Minas e Esp. Santo	214.000	18.000
Nordeste	309.000	34.000
	<u>1.244.000</u>	<u>174.000</u>
	TOTAL	+ 174.000 = 1.418.000

TOTAL DO PROLETARIADO NÃO-AGRÍCOLA, COM AS RESERVAS JÁ Formuladas :

Indústria d. Transformação:	3.604.000
Indústrias extrativas:	771.000
Construção :	1.244.000
Serviços ind. públicos:	174.000
	<u>5.793.000</u>
TOTAL :	5.793.000

% do proletariado não-agrícola relativamente ao total da população efetivamente ocupada: $\frac{28.357.000}{5.793.000} = \frac{100}{x} = 20,42$

% do proletariado não-agrícola relativamente ao total da população maior de 14 anos: $\frac{48.442.000}{5.793.000} = \frac{100}{x} = 11,95$

Não seria inútil salientar ainda uma vez as limitações destes dados. A primeira é seu caráter de mera estimativa. Cabe exceptuar os resultados do Censo Industrial, isto é, os dados sobre a composição da classe operária propriamente dita. A segunda a completa ausência de critérios científicos na classificação social. Trabalhadores independentes, pequenas empresas artesanais, grande indústria, tudo vem confundido em itens genéricos cuja finalidade ideológica principal é disfarçar o sub-emprego e a miséria das grandes massas.

Continuaremos estas notas nos próximos números.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO DO REFORMISMO A REVOLUÇÃO

Júlia Moura

O movimento estudantil brasileiro se erigiu na principal força oposicionista, em âmbito nacional, a enfrentar-se de forma regular e contínua com a ditadura oligárquico-militar instaurada no Brasil em 1964. Nos cinco anos posteriores ao golpe de estado representou a vanguarda democrática mais agressiva - e já revolucionária quanto à sua ideologia em 1968. Esse ano foi especialmente relevante no que toca à marcha do processo revolucionário no Brasil, mesmo se nos circunscrevermos apenas aos movimentos de massa: o desencadeamento das primeiras grandes greves operárias (ilegais) do período pós-golpe revelou uma integração incipiente, é verdade, mas inédita e bem sucedida entre o movimento estudantil e o movimento operário.

A direita respondeu a essa nova aliança - e às ações armadas - com uma contra-ofensiva. Em dezembro com o Ato 5 desfêz-se a última aparência de legalidade: o fechamento de um congresso anteriormente expurgado (mas ainda insuficientemente dócil) e a liquidação das últimas garantias constitucionais. Com esse desfêcho encerrou-se a primeira fase de um irreversível processo de polarização da sociedade brasileira, que através de avanços e recuos se acelerou nos últimos anos. Agora, reaberta a luta, o Brasil começa a viver um clima de pré-guerra civil em seus principais centros urbanos; nas zonas rurais a rebelião retoma seu impulso com os primeiros atos de sabotagem.

A radicalização dos estudantes universitários e secundaristas entre 1964 e 1969 foi o produto e ao mesmo tempo a expressão mais vigorosa - enquanto movimento de massa - desse processo geral de polarização. Não por acaso o debate político-ideológico entre as várias organizações de esquerda dobrou-se com especial vigor nas entidades estudantis ilegais. Nelas o processo de fracionamento e de posterior reaglutinação dos grupos revolucionários encontrou um de seus lugares privilegiados. Tampouco é acidental que o movimento estudantil se constituiu em uma das principais fontes de recru-

tamento das organizações que em 1960 desencadearam a luta armada no Brasil. Não é de estranhar portanto que hoje a violência reacionária concentre sua atenção indiscriminada e feroz sobre os estudantes e a Universidade. O terrorismo cultural generalizado e sistemático contra os estudantes, intelectuais e artistas, prática punitiva e profilática ao mesmo tempo, converteu-se em recurso indispensável para a ditadura. Essa "limpeza preventiva de área", como a denominam os porta-vozes oficiais, se situa num contexto de violências mais amplo e sinistro. Ela se manifesta superficialmente - está na crista visível de uma onda repressiva profunda - que vai da morte pela tortura à perseguição política implacável às organizações de esquerda, à mutilação de operários, estudantes e padres; das metralhas cínicamente divulgadas à prática sistemática da censura e da desinformação. É sintoma também, por outro lado, de uma aguda insegurança originada pelo atual isolamento político em que vivem as "elites" governantes brasileiras, e que se traduz na insensibilidade cada vez mais acentuada às eventuais bases sociais de apoio. O regime oligárquico-militar brasileiro, hoje em dia, é ele próprio um regime aterrorizado.

Nesse artigo, trata-se de reconstituir o processo de radicalização do movimento estudantil, como manifestação particular das contradições da sociedade brasileira. Além disso, fixar os marcos gerais em que se situa a conversão do estudante em revolucionário no mundo capitalista atual e, incidentalmente, nos países dependentes e semi-coloniais. Enfim, indicar (apenas) que a experiência brasileira, ela também, acusa a presença de uma dificuldade não-resolvida - posta para toda a esquerda revolucionária latino-americana: como articular e preparar o movimento de massa, de que é parte o movimento estudantil, de modo a lançá-lo à guerra revolucionária.

I-O Movimento Estudantil de 1964 a 1968

O movimento estudantil reaparece na cena política brasileira com vigor inédito depois de 1964. Sua trajetória aponta para uma radicalização crescente, de ano para ano, apesar do aparente refluxo de 1967: a rápida incorporação de setores cada vez mais amplos da massa estudantil, universitária e secundarista; a intensa politização destes setores que tinham permanecido à margem do movimento até 1965, insensíveis ao debate político e ideológico circunscrito até então aos militantes e aliados das organizações de esquerda; finalmente a retração e o progressivo desaparecimento de uma direita estudantil militante. A primeira mutação ideológica que se produziu neste período, indicador do avanço político do movimento estudantil em seu conjunto, foi a da percepção pela massa univer-

sitária, do conteúdo de classe do poder recém-instituído. Ao mesmo tempo as lutas estudantis passaram a se orientar em torno de um denominador comum que se exprimia na convicção básica aceita e propagada: "a existência de uma legalidade dos estudantes antagônica à legalidade da ditadura".

Essa trajetória ascendente, entretanto, é também a história recente de um movimento de massa cuja vanguarda e cujos quadros médios se enfrentaram desde logo com uma séria dificuldade; em 1968 ela já soava como verdade banal para toda a massa: "estudante sozinho não faz a revolução". Essa obscuridade, dita com frequência em tom resignativo, exprimia perplexidade diante de uma situação paradoxal. A paulatina conversão dos estudantes brasileiros em camada ideologicamente revolucionária tinha por pano de fundo a aparente imobilidade das classes objetivamente revolucionárias no Brasil, isto é, o proletariado, o campesinato e o sub-proletariado. O movimento operário - sua referência mais próxima e imediata - parecia adormecido, neutralizado e, até 1968 sob total controle das classes dominantes. Ao longo de todo o período, de 1964 a 1968, esse isolamento começa por se tornar presente em cada um dos debates ideológicos, reaparece nas discussões sobre o papel e o alcance políticos do movimento estudantil, atravessa as polémicas sobre a tática - e se faz plenamente visível nos descaminhos e erros.

De 1964 a 1967

Porquê esse vigor particular ao movimento estudantil depois de 1964?

A explicação imediata está na impotência da ditadura em quebrar a estrutura das organizações estudantis, criada e desenvolvida antes do golpe. A União Nacional dos Estudantes (UNE), as Unões Estaduais (UEE) e entidades subordinadas, ilegais, permaneceram ativas na semi-clandestinidade. A perseguição aos líderes, a repressão maciça contra estudantes reunidos em congressos e conferências preparatórias promovidos por tais entidades, graças à preservação daquela estrutura de âmbito nacional, tiveram efeito oposto àquele intencionado pelo governo. Em lugar da dispersão, estimulou a busca de novas formas de luta, generalizou a consciência de sua necessidade e da necessidade de melhor articulação. E, mais importante ainda, a investida da ditadura desempenhou um papel propagandístico positivo de sensibilizador da massa. A evolução das bases estudantis se deu rápida: se nos primeiros anos que sucederam ao golpe foram apenas conquistadas para a oposição democrática, em meados de 1968 estavam à esquerda de seus dirigentes, pressionando para imprimir ao movimento um caráter mais agressivo e atentas a qualquer indício de reformismo.

A sobrevivência das entidades estudantis, sua representatividade, entretanto, não se explica por si mesma, mas remete a razões de natureza po-

lítica, algumas de ordem geral e outras específicas ao movimento estudantil como tal. Começamos pelas primeiras. O governo Castelo Branco, o primeiro de após-golpe, rapidamente perdeu sua base social em setores da pequena burguesia graças à sua política econômica violentamente deflacionária, e por ter acelerado deliberadamente os processos de desnacionalização e de concentração de renda em benefício dos grandes monopólios e de seus associados. Construiu e aperfeiçoou aos poucos toda uma arquitetura jurídica e institucional anti-popular e abertamente repressiva. Obedecendo ao dinamismo intrínseco típico às ditaduras militares em países dependentes, marginalizou seus aliados políticos de ontem: "completou-se a liquidação da república burguesa e das correntes políticas que haviam apoiado o golpe de 1964, na convicção de que seria possível derrubar o governo constitucional de Goulart, sem derrubar a própria possibilidade histórica de governos constitucionais".

No que se refere aos meios de esquerda, 1964, ao dividir as águas, injetou-lhes uma grande dose de realismo. Ao revelar a impotência dos setores progressistas da burguesia e o oportunismo do Partido Comunista Brasileiro, fez explodir o mito de uma burguesia nacional essencialmente antagônica ao imperialismo. Antes de 1964, a tendência à integração da burguesia nacional com os monopólios norte-americanos era uma evidência para pequenos grupos de vanguarda e também orientou a prática, empírica não obstante, do nacionalismo popular de Brizola. Depois do golpe, foi amplamente desmoralizada a tática oportunista da esquerda tradicional, que preconizava uma aliança-subordinação com aqueles setores, ditos nacionais, da burguesia. Com a impossibilidade objetiva de uma prática populista, ocorreu também a desmistificação da ideologia correspondente. A nova forma do Estado brasileiro fez emergir, sem mais mediações, sua verdadeira essência, seu conteúdo de classe: um Estado militarista apoiado na dominação social e econômica da grande burguesia, na qual se aliam os interesses políticos e sociais da oligarquia latifundiária, do grande comércio, da burguesia industrial e financeira controlada pelos monopólios norte-americanos.

O movimento estudantil brasileiro em virtude de suas particularidades (apontadas abaixo), viveu essa crise generalizada com especial intensidade. Absorveu aquelas evidências, no contexto político de fragmentação do Partido Comunista Brasileiro em várias dissidências, e da ofensiva ideológica das várias tendências da esquerda anti-reformista.

No período que vai de 1964 a 1967 se processou a reorganização do movimento em resposta às novas condições políticas. Esta fase é relevante porque significou para o conjunto dos estudantes brasileiros, a interiori-

zação de uma experiência nova: ou seja, a consciência de que, em condições ditatoriais e de contínua repressão, a luta reivindicatória tende a se confundir com a luta política.

A história do movimento nesses anos pode ser caracterizada por dois traços essenciais - na verdade o desdobramento em duas frentes de luta. Em primeiro lugar, uma vigorosa oposição à estrutura imposta de cima pelo govêrno em substituição à das entidades autônomas ilegais. O objetivo explícito da legislação que criava novas entidades estudantis (Ley Suplicy) era o de reduzi-las a funções estritamente recreativas e culturais. A ideologia correspondente a êsse plano de despolitização se resumia na pobreza da fórmula oficial: "estudante deve estudar" (e sobretudo divertir-se). Veremos adiante como se orientou e reorientou a luta pela preservação das "entidades livres".

A segunda característica dêsse período foi o início, no interior mesmo das entidades estudantis, de um intenso debate político-ideológico entre os vários grupos e facções em que se dividem as esquerdas. Essa polêmica era o resultado imediato da disputa pela liderança do movimento. Mais do que o confuso conteúdo ideológico da luta naqueles anos, interessa ressaltar sua significação específica.

Uma das características gerais que decorre da natureza mesma das organizações estudantis é a de serem organizações de massa, e, enquanto tais, não partidárias. As diferenças entre posições políticas e ideológicas, evidentemente, são mais extremas do que nos organismos limitados por uma disciplina partidária. O confronto entre elas assume, inevitavelmente, um caráter mais agudo que pode ser extremamente rico de experiências para as bases não politizadas. Nas condições brasileiras em particular, as entidades estudantis ilegais foram o palco privilegiado - o único - da luta entre as várias tendências da esquerda para as quais o golpe representou um choque, para as quais o golpe representou também um desafio político - prático e teórico. O debate sobre as tarefas do movimento estudantil no nôvo contexto da ditadura militarista, sobretudo neste primeiro período, se desenvolveu num ambiente em que, com a excepcionalíssima liberdade interna de manifestação, se combinavam a confusão ideológica e uma grande dose de sectarismo.

Outra particularidade relevante e de efeitos definitivos consistiu no seguinte: a condição de ilegalidade das entidades estudantis, a recusa terminante do govêrno em reconhecê-las reduziu enormemente as margens de manipulação populista da massa por parte de seus líderes. Tampouco já era possível a certos setores progressistas da burguesia corromper politicamente os dirigentes, para utilizar o movimento estudantil em benefício de seus próprios fins políticos (como acontecera em 1963), apenas como de-

monstração de força para intimidar a direita e arrancar-lhe umas quantas concessões. Entretanto, se é verdade que a clandestinização forçada das entidades pôde significar um salto qualitativo em direção à maior autonomia do movimento, também é verdade que tal clandestinização forjou a situação objetiva originária de um novo desvço. Ou seja o da confusão sectária entre partido e entidade de massa, que infectou o movimento de uma série de vícios (cupulismo, vanguardismo, etc.). Tal confusão, ainda hoje não totalmente desfeita, frutificou de maneira especial enquanto o movimento permaneceu sob a direção de um grupo originário da esquerda cristã (AP), em cuja prática e em cuja ideologia se combinavam radicalismo e reformismo, isto é, esquerdismo.

A história do movimento de 1964 a 1967 é a história da derrota do reformismo conciliador.

1964-1965. O movimento semi-desarticulado teve por principal foco de discussão a Lei Suplicy. Essa lei substituiu as entidades estudantis autônomas por outras correspondentes aos diversos níveis de representação (faculdades e universidade, estados e nação). Tornava obrigatório o voto e a contribuição financeira dos estudantes; a fiscalização das eleições e das contas ficava a cargo da direção da escola; eram inelegíveis os alunos de baixo aproveitamento escolar; representação apenas simbólica nos organismos universitários e proibição de qualquer atividade política por parte dos estudantes. Consciente de que o cupulismo nas entidades de massa tinha ainda plena vigência, Suplicy de Gacenda, Ministro da Educação, ao forçar a participação de todos os estudantes nas eleições e ao impedir que os "subversivos" (identificados por ele como os de baixo aproveitamento) se candidatassem, buscava isolar a esquerda da massa. 1965 foi o ano de luta nacional pela preservação das entidades representativas. No movimento definiram-se duas posições principais: 1) reformista, a do Partido Comunista Brasileiro que, por tática pretendia exigir do governo a legalização das entidades livres. 2) outra, liderada pela Ação Popular, que por princípio defendia o boicote às eleições e a manutenção das entidades livres. O Congresso da UNE de 1965 se pronunciaria por esta última. Foi a primeira vitória política do movimento.

1966 se abre com a UNE quase inoperante, desarticulação das entidades livres e algumas entidades oficiais perdidas para a reação (em virtude da palavra de ordem "não participar das eleições"). Nesse ano a luta reivindicatória é combinada com a luta nacional contra a ditadura; esta última polariza e unifica o movimento e estudantil. O fortalecimento das entidades ilegais é evidente e para isso desempenha um papel positivo a repressão violenta: contra o Congresso de UEE em São Paulo, contra as primeiras manifestações de rua do período pós-golpe na Guanabara, em Minas Gerais e

em São Paulo e o desalojamento brutal dos estudantes que ocupavam a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Como consequência, novas manifestações de repúdio ao governo, nas ruas das principais cidades do país.

Embora já ultrapassada a orientação meramente reivindicatória, a luta política combina ainda traços de reformismo e de vanguardismo ao mesmo tempo. Tal combinação é visível na ideologia que preside o lançamento do Movimento Contra a Ditadura (MCD), aprovado no 28 Congresso da UNE. Isto é, proposta de um programa amplo, em que se exigia do governo uma Constituinte e a revogação da Lei Suplicy; convocação de todos os setores populares para manifestar suas reivindicações. Na prática, apenas o Movimento Estudantil se manifestaria "levantando as reivindicações de todo o povo". Os defensores do MCD não levavam em conta um fato evidente: a impossibilidade histórica de redemocratização efetiva, o conteúdo de classe do poder ditatorial; e menos ainda o papel de vanguarda das classes objetivamente revolucionárias, isto é a classe operária e seu principal aliado, o campesinato. Assim, o objetivo dos promotores do MCD "derrubar a ditadura sózinhos" se apresentava de antemão como um equívoco. É preciso reconhecer no entanto o papel agitativo que o MCD representou na conquista da massa estudantil para a oposição democrática. Em torno da crítica ao reformismo implícito nos programas do MCD, surgiram oposições à diretoria da UNE em diversos estados.

Um dos acontecimentos políticos mais importantes do ano, indicador do declínio do reformismo, foi o surgimento das dissidências do Partido Comunista, no interior do movimento estudantil, especialmente vigorosas na Guanabara (primeira campanha pelo voto nulo nas eleições de governador do Estado) e em São Paulo. Do ponto de vista organizatório a oposição à direção da UNE (nas mãos da Ação Popular) desenvolve um trabalho importante e inédito: um esboço de reorganização do Movimento Estudantil pela base, como resposta ao cupulismo vigente, mas sobretudo como medida de auto-defesa para enfrentamento com a repressão em passeatas; rapidamente as chamadas "Frentes de Trabalho" no Rio de Janeiro e em São Paulo se transformariam em órgãos de discussão política ampla, em que participaram vários grupos de esquerda.

Finalmente produziu-se uma atitude mais firme e ao mesmo tempo mais flexível frente à lei Suplicy: como questão de princípio, derrotar na prática o decreto oficial, mantendo-se as entidades livres; como questão de tática, participar ou não das eleições, e no caso de participar, manter as entidades oficiais como meros departamentos apolíticos da UNE e das UEE.

1967-ano de refluxo e de reorganização do movimento estudantil. No plano nacional, o governo do Marechal Costa e Silva acenava com promessas de reabertura democrática (superficial). A nova política educacional, expressa em parte no decreto Aragão, implicitamente reconhecia a derrota da iniciativa anterior: mantinha fora da lei a UNE e as UEE, é verdade, mas extinguiu as entidades oficiais; apenas no estado do Rio Grande do Sul teve alguma vigência o intenso trabalho de corrupção dos estudantes com o isolamento parcial da esquerda. Fracassou também nesse ano a nova iniciativa neo-populista do governo - o Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES) - promovida com a intensão de atrair os estudantes através de engagements "soi disant" desinvolvementistas (e através de verbas convidativas).

Já em fins de 66 fôra decretada a Reforma Universitária, elitista e tecnicista, baseada nos acôrdos em re o Ministério de Educação e Cultura e a USAID. O Plano Educacional do Governo (sôbre o qual falaremos adiante e ao qual nos referiremos a partir de agora como PEG) atingia também o ensino secundário. Em 1967 organizou-se uma campanha sistemática de oposição ao PEG que alcançou seu auge em 1968.

Em 1967 quase não houve manifestações de rua. O refluxo, no entanto, é apenas aparente, pois é o ano em que tem lugar um debate profundo e de

(continua na última página)

DEBATE emprende aqui a re-publicação de um texto importante e pouco acessível de Carlos Marighella: A CRISE BRASILEIRA. Trata-se de ensaios publicados em 1966 como parte da luta que Marighella então conduzía no interior do PC. São sete ao todo, de que hoje publicamos os primeiros dois.

1. As causas da derrota e as perspectivas da situação

O golpe de primeiro de abril sobreveio e tornou-se vitorioso, sem que as forças antigolpistas, e entre elas os comunistas, pudessem esboçar qualquer resistência. A única resistência de massas organizada contra o golpe foi a greve geral, mesmo assim sem condições de prosseguir, em virtude do despreparo geral.

Vale a pena recordar que, com a renúncia de Jânio, em 1961, fomos tomados de perplexidade e reconhecemos que não estávamos preparados para enfrentar os acontecimentos. Advertimo-nos então de que sobreviriam novas crises de governo e que, nesse caso, deveríamos agir diferentemente, tudo fazendo para que até lá já tivéssemos superado nosso despreparo.

Não foi o que se deu em face da deposição do governo de Jango, no momento do golpe de abril. Quer dizer, continuávamos despreparados. O processo democrático em desenvolvimento foi paralisado, e entramos numa fase de recuo.

A falta de resistência ao golpe prendeu-se, assim, ao nosso despreparo, despreparo político e sobretudo ideológico. Despreparo dos comunistas como de toda a área anti-golpista. O que se tornou evidente em face da abrilada e nos dias imediatamente posteriores, quando deixou de existir qualquer resposta ou diretiva para a ação, proveniente das lideranças, sem qualquer excessão.

Quanto aos comunistas, a resistência tornou-se impossível porque nossa política no essencial vinha sendo feita sob a dependência da política do governo. Quer dizer, sob a dependência da liderança da burguesia, ou melhor, do setor da burguesia que ocupava o poder. Tal posição contribuiu muito para quebrar a autoridade e anular nossa força, uma e outra necessárias quando se trata de influir na frente única, levá-la à consolidação, paralisar as áreas vacilantes e exercer um nítido papel ideológico diante dos setores mais radicais da pequena-burguesia.

Quando a liderança do proletariado se subordina à liderança da burguesia e com ela se identifica, a aplicação da linha revolucionária sofre inevitavelmente desvios para a esquerda e para a direita. Pois nesse caso, a falta e lastro ideológico, único recurso capaz de impedir o desvio dos rumos da revolução.

A subestimação do perigo de direita no panorama político brasileiro foi fruto do reboquismo e da ilusão no governo. Acreditava-se que a burguesia seguiria o caminho das reformas pacíficas sob a pressão do movimento de massas, e que a direita não se levantaria. E que se isto acontecesse, a burguesia tomaria a iniciativa da resistência, e do combate aos golpistas.

Foram inúmeras as vezes em que repetimos que o desencadeamento do golpe de direita seria a guerra civil no país ou que a violência dos golpistas responderíamos com a violência das massas. Como as palavras não coincidiram com os fatos, isto significa que não nos preparamos. Estávamos confiados em que o governo resistiria. Nem ao menos insistimos na denúncia do golpe de direita. Deixamos de chamar as massas à vigilância e não as alertamos para a eventualidade de uma resistência.

A falta de vigilância e a ilusão de classe subsistem exatamente quando a liderança deixa de lado o estabelecimento de um plano tático marxista e não leva em conta a obrigatoriedade do princípio da retirada. O marxismo-leninismo é inteiramente avesso à concepção de que na luta de massas tudo se resume em avançar. Assim, ao acionar a linha política de apoio às reformas propugnadas pelo setor da burguesia no poder, não era suficiente assinalar

os exitos obtidos pelas massas. Tornava-se preciso simultaneamente alertá-las e organizá-las para a possibilidade de recuo da burguesia, uma capitulação ante a direita ou o desencadeamento do golpe militar—sempre na ordem do dia, quando o movimento de massas cresce a ponto de ameaçar o poder ou a ponto de levar a democracia a uma mudança de qualidade.

O erro que se manifestou foi portanto um erro ideológico, que pode ser traduzido como a perda do sentido de classe da luta revolucionária do povo brasileiro. Tal erro, projetado em dimensão histórica em nossa atividade, reflete-se em diferentes, por vezes contraditórias manifestações políticas e táticas dos comunistas ao longo da vida política brasileira.

É impossível fugir à caracterização de um erro ideológico evidente e tradicional na liderança comunista brasileira.

A falta de condições ideológicas na liderança marxista levou a que uma linha política com possibilidade de êxito viesse a terminar em derrota.

Com o mesmo sentido de falta de substância ideológica surgiu a falsa tese da "nova tática do imperialismo". Segundo essa tese, o imperialismo norte-americano não estaria interessado em golpes e ditadura. O golpe de primeiro de abril, inspirado e promovido pelos Estados Unidos com apoio em seus agentes internos e no fascismo militar brasileiro, invalidou essa teoria, cujo principal resultado foi deixar-nos desprevenidos e perplexos ante o golpe de direita.

Uma apreciação errônea do papel das forças armadas nos levou a ilusões no dispositivo militar do governo, dispositivo com base ideológica nacionalista, e que, por isso mesmo, não estando sob influência ideológica do proletariado, jamais se mobilizaria para decidir a favor das massas qualquer situação capaz de levá-las a ameaçar privilégios das classes dominantes.

Os repetidos apelos à greve geral política—sem o apoio do campesinato e sem o recurso à insurreição—significavam um erro tático em face do marxismo contemporâneo. O erro era tanto mais evidente quanto nosso trabalho no seio de proletariado se desenvolvia com uma nítida característica de trabalho de cúpula e se circunscruvia, na prática, às empresas estatais.

Uma falha básica era a debilidade do movimento camponês. A falta de decisão em dar prioridade ao trabalho no campo é reponsável por essa falha básica, já tornada crônica. Sem mobilização no campo é impossível o avanço da revolução.

Também não foi entendido pela liderança marxista o caráter objetivo do processo de radicalização de alguns setores da pequena burguesia, o que—ao lado de outros erros—contribuiu para que não exercêssemos qualquer papel de influência decisiva entre marinheiros, sargentos e outras forças radicais, impossibilitando assim a unidade da ação dentro da frente única, onde também éramos parte.

Falsos métodos de direção, a subestimação da direção coletiva, a falta de unidade ideológica da liderança são outros fatores que conduziram à derrota que sofremos.

Agora estamos em face de uma nova situação. Em vez de um governo da burguesia, lutando pelas reformas à sua maneira, dentro de um clima de liberdades, temos uma ditadura militar entreguista, dentro de um clima onde as liberdades democráticas foram suprimidas.

Nossa tática não pode ser a mesma da situação anterior, quando o movimento de massas estava em ascenso. Agora, a marcha da democracia foi interrompida, entramos em fase de recuo, Ainda que os problemas brasileiros continuem sendo:

de reformas de estrutura, só poderemos resolvê-los derrotando a ditadura e assegurando a restauração das liberdades democráticas. Nosso objetivo tático fundamental—para chegarmos a reformas de estrutura e prosseguirmos com a luta até a uma vitória posterior do socialismo—está em substituir o atual governo por outro que assegure as liberdades e faça uma abertura para o progresso.

O governo pelo qual lutamos agora não poderá ser senão o resultante da frente única antiditadura, que é o tipo de frente possível nos dias atuais. Esforçando-nos para que tal frente única se torne realidade, sustentamos - como antes - a necessidade de nossa aliança com a burguesia nacional, levando em conta não somente tudo o que dela nos aproxima, quando se trata de objetivos comuns na defesa de interesses nacionais, mas também tudo o que dela nos separa em questões de classe, tática, métodos, ideologia, programa.

A forma de luta principal no atual período é a luta de resistência de massas com suas mil e uma particularidades. E o partido deve ser o chefe da oposição popular, para não ficarmos a reboque da oposição burguesa, que, como tudo indica, procurará ir adiante, tentando arrastar-nos à sua retaguarda. Não podemos abandonar a luta pela liderança da oposição popular, o que seria uma renúncia imperdoável em face da disputa da hegemonia na condução dos destinos do povo brasileiro. Devemos por isso ser firmes lutadores da resistência, incansáveis no combate à ditadura.

Muitos outros elementos táticos têm que ser mudados na nova situação. O movimento de massas - por cuja mudança de qualidade devemos continuar lutando - já não pode visar-nas condições atuais - à pressão sobre o governo, como se tivesse por finalidade modificar a situação política e a composição da ditadura. O objetivo do movimento de massas é levar a ditadura à derrota, substituí-la por outro governo.

Outro caráter também têm as eleições. Seus objetivos não são para nós os mesmos das eleições no período anterior ao golpe. Não se trata de eleger nacionalistas - como antes - quando vigoravam as liberdades democráticas, e por este meio chegar à mudança da correlação de forças.

Trata-se de desenvolver esforços para aglutinar as forças que se opõem à ditadura e contribuir para levá-la à derrota, reduzindo-lhe a base política e social. Se nada disto é possível através das eleições - tal como a ditadura as convoca - nosso dever é denunciá-lo à massa, ainda que não nos recusemos à utilização das mínimas possibilidades legais.

O partido deve deixar de ser uma espécie de apêndice dos partidos da burguesia, para ser capaz de arrastar o proletariado e as massas populares. Nosso aparecimento ao lado de candidatos comprometidos com o golpe e a ditadura nos desmoraliza junto às massas, e ajuda a justificar a farça eleitoral. O que não podemos é ajudar a institucionalização da ditadura, capitulando ante as violências e ameaças dos golpistas ou deixando-nos iludir com as suas manobras.

Para a ditadura as eleições representam um meio de institucionalizar o golpe. Suprimidas as eleições diretas e cerceado o direito do povo eleger seus representantes, estabelecidas as ineligibilidades, dissolvidos os partidos políticos, além de tantas outras medidas coercitivas, as eleições tornaram-se uma farsa.

A posse dos eleitos é uma concessão do governo ditatorial. Aos que obtiveram ou vierem a obter a vitória eleitoral em oposição à ditadura, não lhes será permitido mais do que a tutela de um supergoverno militar, de livre escolha do Executivo e seu ministro da guerra. Abolida por mais este meio a autonomia dos estados e municípios, a nomeação de secretários do governo e outras autoridades não é mais função dos eleitos e sim atribuição do SNI e do Conselho de Segurança Nacional, órgãos através dos quais opera o poder militar.

Estribado em poderes como jamais teve qualquer Presidente no Brasil, ao estilo dêsse L'État c'est moi com que Luis XIV, de França, firmou o princípio da monarquia absoluta, o atual Presidente da República, através da eleição indireta, procurará garantir para seu sucessor um militar.

Não obstante a implacável ação da ditadura, esmagada pela força e progressivamente as válvulas de escape dos meios legais de resistência, o ano de 1966 prenuncia-se carregado de tensões políticas, mercê da luta pela sucessão

presidencial.

Nada indica o fim da instabilidade política, reflexo da crise crônica de estrutura. A instabilidade política continua caracterizando a situação do país. A tendência é para o agravamento das contradições de classe.

O Ato Institucional número 2 e os demais atos complementares indicam que a ditadura não pode deter-se no despenhadeiro. Crises de governo, a eclosão de novos golpes ou de um golpe dentro do golpe, a decretação do sítio, conflitos de fronteira e outros tantos acontecimentos que reflitam a inquietação política, naturalmente oprimem o povo brasileiro.

Tais resultados podem ocorrer em consequência da desastrosa política econômico-financeira do governo, das concordatas, do desemprego, da carestia, da submissão ao Fundo Monetário Internacional, da política anti-operária, da política de entrega e submissão aos Estados Unidos, e, paralelamente, do crescimento das lutas de massas.

Outro fator previsível de agravamento da crise brasileira é a agressividade do imperialismo yanque, que vai aumentando sem cessar. O exemplo mais recente consistiu na resolução da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, determinando a invasão militar norte-americana de qualquer país que o chamado colosso do Norte considere ameaçado pelo comunismo. Aqui, a palavra comunismo é apenas substitutivo do movimento de libertação nacional dos povos.

Não bastasse tal exemplo, e seria suficiente acrescentar a invasão de S. Domingos e a guerra do Vietnam. Na intervenção militar em São Domingos já participaram tropas brasileiras, que, lado a lado com os odiados marines norte-americanos, ajudam a massacrar o bravo povo dominicano em luta pela sua liberdade.

A antipatia com que os povos latino-americanos vêem o Brasil em consequência de sua vassalagem ante a ação agressiva dos imperialistas estadunidenses não deixará de produzir seus efeitos entre o nosso povo e levará ao incremento da oposição popular à ditadura brasileira.

Não é impossível que em face de uma situação desvantajosa para a atual ditadura no Brasil e no caso de ser ameaçada de derrubada pelas massas, os Estados Unidos venham em socorro do governo ditatorial - que lhes serve de ponto de apoio - e em favor das classes dominantes brasileiras, iniciando represálias contra o povo e a nação a até mesmo ocupando partes de nosso território, tal como o Nordeste. Com o que não farão outra coisa senão prosseguir na agressão econômica, política e militar já em curso em nosso país.

Seria imperdoável que as forças populares e nacionalistas voltassem novamente a ser apanhadas de surpresa pelos acontecimentos vindouros. Para os revolucionários brasileiros não há outra perspectiva a não ser prepararem-se para a luta.

2. A crise brasileira e a estratégia revolucionária

A crise brasileira é uma crise de estrutura. E aqui nos referimos à estrutura econômica. O que quer dizer: a crise brasileira - em todos os sentidos, seja econômico, político ou social - é oriunda da inadaptação da atual estrutura econômica do país. Da sua incapacidade em suportar a carga demasiado pesada a ela superposta.

Sendo - por definição - a estrutura econômica o conjunto das relações de produção, é nestas relações, no equacionamento de seus problemas atuais, que iremos encontrar as causas da crise brasileira.

As relações de produção no Brasil abrangem nosso sistema de propriedade. E não somente isto. Abrangem também as relações entre os homens ocupados no processo da produção, além das formas de distribuição das riquezas ou dos bens materiais.

São estas relações de produção que estão em crise - se assim podemos dizer. Pois já não se harmonizam às condições exigidas para o nosso progresso e desenvolvimento. E constituem um obstáculo ao avanço de nossas forças produtivas. O que se torna evidente pelo domínio do imperialismo norte-americano sobre a propriedade e a economia brasileiras, pela predominância e o monopólio da propriedade territorial latifundiária, pelo desajuste na apropriação dos frutos do trabalho, pela desproporcional distribuição dos bens materiais, acentuando a acumulação das riquezas em mãos de uns poucos privilegiados, enquanto milhões de brasileiros vegetam, reduzidos à mais rasa miséria.

Nossas relações de produção configuram, assim, um quadro onde verdadeiros pontos de corrosão ameaçam fazer ruir a estrutura econômica.

Oriunda da base econômica que a sustenta e à qual está intimamente ligada, a atual superestrutura da sociedade brasileira padecede de muitos males. Os pontos de corrosão da base econômica não cessam de atuar sobre essa superestrutura, também em crise, e àsperamente minada pelas contradições, antagonismos e conflitos que a sacodem.

É o que explica porque - ademais de outras - as instituições políticas brasileiras estão em crise permanente. E porque a instabilidade política é uma característica da situação política do Brasil.

Uma das particularidades da crise brasileira é seu caráter crônico. A crise brasileira faz parte da crise geral do capitalismo. A cada nova fase da crise geral do capitalismo corresponde um novo aspecto da crise econômica.

A sociedade brasileira passaria por muitas e importantes modificações, antes que se transformasse na sociedade atual.

Da escragidão evoluiria para outro tipo de relações, que levaria ao capitalismo, ao regime do salariado, ainda que conservada a dependência ao imperialismo norte-americano e mantido o monopólio da terra, com a sobrevivência e a reafirmação do latifúndio.

Historiador notável, além de crítico literário de renome, Nelson Werneck Sodré apreciou os fenômenos que condicionam o desenvolvimento da sociedade brasileira. Fê-lo em vários trabalhos, entre eles a Formação Histórica do Brasil, a História da Burguesia Brasileira, a História Militar do Brasil, cuja leitura será sempre de grande utilidade.

A sociedade brasileira atual orienta-se num sentido sensivelmente burguês. Mas em suas particularidades e seu tipicismo brasileiro - resultado de condições que geraram seu desenvolvimento.

As grandes modificações que se deram em sua estrutura e que a levaram - na época contemporânea - ao seu estágio atual, originaram-se sobretudo da implantação da indústria siderúrgica, da indústria do petróleo e da indústria da energia elétrica. Ao contrário dos grandes países capitalistas de hoje, o Brasil chegou a um determinado nível de desenvolvimento capitalista quando o mundo já ingressara na época do imperialismo. Mais do que isso, na época em que o mundo está dividido em dois grandes sistemas sociais mundiais - o do imperialismo e o do socialismo.

O Brasil não conseguiu por isso alcançar os países altamente desenvolvidos. Situa-se como é notório no ramo dos subdesenvolvidos. É característica digna de menção - não pôde seguir a trajetória clássica dos países que se elevaram ao capitalismo pelo caminho da revolução industrial.

O Brasil chegou ao limiar de sua expansão industrial típica num momento em que a revolução industrial já estava realizada nos principais países do mundo e quando a época contemporânea já havia adquirido as suas características essenciais. Esse o fenômeno que explica por que a burguesia brasileira não teve forças nem recursos acumulados para implantar a indústria básica no Brasil partindo da iniciativa privada. Para implantar a indústria básica teve que deixá-la nas mãos do Estado, que instalou a siderurgia e tomou a si o encargo de explorar o petróleo e expandir a produção de energia elétrica. O monopólio estatal surgiu, assim como uma categoria do capitalismo nacional, patenteando a fraqueza da burguesia brasileira para fazer da indústria

de base um produto da empresa particular.

A originalidade do desenvolvimento brasileiro reside não somente na coincidência de cada novo surto da indústria no país com uma nova fase da crise geral do capitalismo. Há a acrescentar que nessas condições cada passo para a frente significa o aparecimento de novas e mais profundas contradições no processo brasileiro. O que não pode deixar de acarretar um novo agravamento da crise econômica.

Por sua vez o avanço da técnica nos países altamente desenvolvidos influencia no sentido capitalista as forças produtivas dos países subdesenvolvidos. Certas conquistas da técnica moderna acabam sempre sendo transferidas ao Brasil. Tal fenômeno produz alterações em nossas forças produtivas com reflexos no conjunto das relações de produção e até mesmo na superestrutura.

O Brasil é um país que sem ter conseguido resolver contradições correspondentes à primeira fase da crise geral do capitalismo vê-se obrigado a enfrentar novos e graves problemas, acumulados em mais duas outras fases da mesma crise geral.

Tudo isso nos dá um quadro impressionante da gravidade da crise crônica brasileira - originada pelo crescimento do capitalismo nas condições de dependência do imperialismo e manutenção do latifúndio.

Uma tal crise não poderia subsistir sem que para ela fôssem buscadas soluções pelas várias classes.

Estamos aqui em pleno domínio da política, entendida como o conjunto dos meios, métodos e formas de que se utilizam as classes para galgar o poder ou dar solução aos seus problemas, em função da atividade do Estado.

Dois grandes tipos de solução política têm sido aventados no Brasil pelas classes. Um deles é o tipo de solução concernente à burguesia. O outro corresponde ao proletariado.

Todas as soluções intentadas pela burguesia levam o selo de uma classe que se distingue do proletariado por ser uma classe empresarial, detentora dos meios de produção que lhe permitem uma imensa acumulação capitalista.

A burguesia brasileira distingue-se também do proletariado por manter laços muito estreitos com o latifúndio e ligações com o imperialismo, a despeito dos conflitos com este último e do fato do latifúndio lhe limitar o mercado interno.

Daí porque tais soluções vão desde o emprêgo da força e a supressão das liberdades até a tentativa de reformas de maior ou menor amplitude. O período do governo de João Goulart foi aquele em que um setor da burguesia tentou ir mais longe na luta pelas reformas. Seu fracasso inevitável resultou das próprias limitações da burguesia brasileira, marcada pela lógica de suas condições de classe e pelo seu entrelaçamento com o imperialismo e o latifúndio.

Como consequência das soluções formuladas pela burguesia e simultaneamente como solução em si, o máximo que a burguesia brasileira conseguiu foi dar ao país um desenvolvimento econômico. Embora dependente do imperialismo, tal desenvolvimento significou um progresso e um passo para a frente. Mas seguiu-se aqui a lei da acumulação capitalista, o que por isso mesmo não deixou de significar um enorme sacrifício para as grandes massas, o aumento da sua pobreza e exploração, sobretudo quando se trata de massas rurais.

O balanço das soluções aplicadas pela burguesia - inclusive a solução desenvolvimentista - e o exame dos tipos de solução postos em prática ou tentados pela classe burguesa brasileira mostram seu conteúdo nada popular, na maior parte das vezes uma tendência anti-democrática e de um modo geral o fracasso ante as forças combinadas do imperialismo, do latifúndio e do golpismo.

Ao dar curso às suas soluções, a burguesia tem-se revelado incapaz na condução do processo político brasileiro, quer pela inaptidão para afastar o imperialismo norte-americano de nosso caminho, quer pela impossibilidade de eliminar o latifúndio e as contradições acumuladas e agravadas no país nessas três fases da crise geral do capitalismo.

No processo político brasileiro aliás há dois fatos marcantes a assinalar. Um deles é que, sempre que houve avanço, conquista de direitos sociais e progresso, combate ao imperialismo e ao latifúndio, isso se deveu preponderantemente à presença atuante do proletariado.

Outro fato é que-depois do Estado Novo-o impacto mais sério que interrompeu o processo foi o golpe de 1. de abril.

Todos êsses fatos se devem sobretudo às consequências, contradições e êrros gerados pelo uso exclusivo do binômio burguesia-proletariado, que - por sua própria natureza - anula a participação do campesinato no processo.

Quem tem a vocação, o destino histórico e as condições para resolver a crise crônica brasileira é o proletariado com os seus aliados da frente única. Atraindo o camponês - seu aliado fundamental - e incorporando-o à luta política, criando uma força própria, de base, para fazer crescer a frente única e dar-lhe consequência, desencadeando lutas, paralisando a influência vacilante da burguesia, ainda que mantendo a aliança com ela na atual etapa histórica, o proletariado brasileiro reúne em suas mãos os meios, condições e elementos necessários à saída exigida pelo nosso povo.

É desta forma e dentro de tal equacionamento que o binômio nacionalismo-democracia terá um enfoque adequado e a dimensão que levará a equiparar-se às exigências e necessidades da nação brasileira. Só disputando a hegemonia à burguesia, nosso proletariado poderá fazê-lo.

O proletariado brasileiro já formulou à sua maneira uma das soluções da nossa crise crônica, participando do processo evolutivo nacional, depois de ter intentado o caminho revolucionário e insurrecional da Aliança Nacional Libertadora em 1935.

Por que isso aconteceu - eis um fenômeno diretamente ligado com o nosso proletariado em si mesmo, desde suas origens e aparição como classe, até sua transformação em classe para si. As singularidades de tal processo, as condições que levaram à constituição da vanguarda do proletariado - como resultado do transbordamento do seu nível de consciência ao grau mais elevado - constituem matéria de que nos fala com maestria Astrojildo Pereira em sua obra Formação Histórica do PCB, a cujo estudo é necessário recorrer.

Na França, Inglaterra, Alemanha, Italia, Estados Unidos e outros países importantes, o proletariado surgiu - como classe em si e para si - concomitantemente com a indústria de base e a revolução industrial, que caracterizou a era moderna.

O proletariado brasileiro, porém, só surgiu, com o seu ramo de indústria básica, muito mais tarde, na época da Segunda Guerra Mundial.

Foi exatamente em tais circunstâncias e em consequência delas, que as palavras-de-ordem patrióticas, nacionalistas ou anti-imperialistas e de sentido liberal e democrático alcançaram enorme vibração e receptividade em todo o país. O proletariado brasileiro cresceu e aglutinou-se, fortaleceu-se com seu setor básico industrial, sob o influxo das grandes campanhas nacionais pró siderurgia, em favor do petróleo, pelo monopólio estatal, em defesa das riquezas minerais e pela expansão da indústria elétrica, em defesa da indústria nacional, contra o fascismo, pelo envio da FEB à Europa, pela Constituinte, em defesa da democracia e das liberdades democráticas, contra o Golpe, contra o envio de tropas à Coréia, em defesa da paz e contra a guerra.

Foi sob a égide do binômio nacionalismo-democracia que o proletariado brasileiro pôde desempenhar um papel político, à medida que se intensificava o processo de sua expansão no quadro das forças produtivas.

Tanto no plano econômico como no político, o processo evolutivo brasileiro e seu expansionismo desenvolvimentista foram conduzidos por um setor da burguesia preponderantemente industrial.

Para os comunistas - como de um modo geral para as esquerdas - isto significou um largo período de colaboração com as forças da burguesia. A necessidade da luta anti-imperialista e a obrigatoriedade de combate às forças golpistas, que se opõem ao progresso e à liberdade, colocaram as forças po-

pulares e nacionalistas e sua liderança revolucionária numa posição de dependência face à burguesia brasileira.

Poderia ter ocorrido o contrário, mas isto dependeria de uma aplicação mais correta do marxismo-leninismo à realidade brasileira, o que não aconteceu.

Condições históricas e peculiaridades da situação brasileira facilitaram a hegemonia da burguesia na condução do processo. Entretanto a hegemonia da burguesia não é uma fatalidade histórica, e nada indica que o proletariado deva assumir uma posição conformista e curvar-se indefinidamente à liderança burguesa.

Tal subordinação foi possível, como vimos, porque a liderança revolucionária limitou sua ação até hoje ao manejo do binômio burguesia-proletariado, que em nosso processo histórico tem condicionado o binômio nacionalismo-democracia.

Quando a liderança marxista restringe o seu plano revolucionário, anti-imperialista e democrático à unidade e à luta entre a burguesia e o proletariado, e apenas tem diante de si as duas classes, aliando-se ou defrontando-se, é pouco provável que ocorra a vitória da revolução. A liderança permanece então nas mãos da burguesia. Mas essa liderança é vacilante e propensa à conciliação, sobretudo quando os interesses da burguesia são duramente feridos pelo imperialismo e o latifúndio, e ela teme o proletariado em luta contra esses dois inimigos.

Em qualquer caso, mas sobretudo em face do binômio burguesia-proletariado nos - os que seguimos o marxismo-leninismo - não temos outro recurso senão construir a força do proletariado, para não ficarmos subordinados à burguesia.

A força do proletariado constrói-se trabalhando com ele mesmo, sem descanso, em sua base e, portanto, nas empresas industriais. Sem trabalho nas empresas, sobretudo nas empresas imperialistas e nas empresas dos ramos da indústria básica, não é possível fortalecer o proletariado.

Mas este não é o único fator da acumulação de forças. Sejam quais forem as circunstâncias, o decisivo é ter trabalho no campo, é levar as massas rurais à luta, vendo no camponês o aliado fundamental do proletariado. A inconstância e o atraso do trabalho no campo constituem o lado fraco da revolução brasileira e da liderança marxista - o que tem provocado repetidos insucessos.

A crise política chegou a um ponto em que o proletariado não pode pretender resolvê-la, seguindo a fórmula anterior - caminho pacífico e apoio à burguesia na luta pelas reformas.

Este caminho aliás só poderia ter tido êxito no Brasil se a liderança marxista estivesse munida de suficiente lastro ideológico, que lhe permitisse dirigir a luta sem perder o sentido de classe ou desviar-se dos rumos da revolução. Aconteceu, porém, o contrário, e o caminho pacífico das reformas foi levado à derrota pelo golpe de 1. de abril.

Agora o caminho pacífico está superado. Persistir nele significa adotar uma estratégia que concorrerá para a instituição do golpe e da ditadura.

Tal institucionalização - que a ditadura procura levar a efeito - tem como objetivo paralisar o movimento de libertação do povo brasileiro, subjugar o proletariado e as forças populares e nacionalistas, e fazer do Brasil um satélite permanente ou duradouro dos Estados Unidos.

As teses da ocidentalização e da interdependência da soberania, aventadas a propósito da inevitabilidade da terceira guerra mundial, são cobertura ideológica da institucionalização.

Esta nova saída política é a que as classes dominantes - em colaboração com os Estados Unidos - buscam depois do golpe de abril e em consequência dele, para evitar a ascensão das massas e a libertação do nosso país da esfera de influência norte-americana.

A adoção-mais uma vez-de um caminho pacífico por parte dos marxistas não lhes permitiria tomar a iniciativa de desencadear nenhuma ação decisiva contra a ditadura e sua pretendida institucionalização. E isto porque a ditadura está baseada na força, que é o principal elemento empregado contra o povo e contra a oposição. O único efeito de um novo caminho pacífico, tentado à guisa de solução da crise brasileira, seria impelir os marxistas a um erro de cálculo e a uma inevitável colaboração com a ditadura, em benefício dos interesses das classes retrógradas.

Ademais de ultrapassada - e portanto inoperante para as forças populares e nacionalistas - uma estratégia baseada no caminho pacífico acarretaria outro perigo.

Este outro perigo - cuja ocorrência não exclue o emprêgo da violência e da força militar por parte da ditadura - seria o envolvimento das forças populares e nacionalistas. Neste caso os marxistas - seguindo uma estratégia norteada pelo caminho pacífico - poderiam ajudar a transformar o Brasil num país social-democrático, exercendo em nome dos Estados Unidos o papel de freio do movimento de libertação da América Latina.

O caminho pacífico da Revolução brasileira, no momento atual, teria o efeito de prosseguir alimentando ilusões no povo e minaria o moral das forças populares e nacionalistas, que precisam de estímulo revolucionário.

Os fatos indicam que o proletariado, em face do tremendo impacto da abrida, não tem outro recurso senão adotar uma estratégia revolucionária, que leve à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da insurreição armada popular. Trata-se do caminho não-pacífico, violento - até mesmo da guerra civil. Sem o recurso à violência - por parte das massas a ditadura será institucionalizada, por um período de maior duração.

Sem uma estratégia revolucionária, sem a ação revolucionária apoiada no trabalho pela base e não exclusivamente de cúpula é impossível construir a frente única, movimentar massas e dar-lhes a liderança exigida para a vitória sobre a ditadura.

Uma estratégia revolucionária - indispensável para sairmos do marasmo e da pasmaceira - exige trabalho pertinaz com as forças básicas da revolução - o proletariado, as massas rurais, os intelectuais, os estudantes.

O trabalho com a burguesia - nessa estratégia - não pode ser o trabalho fundamental, ainda que não se trate absolutamente de abandoná-lo.

Uma estratégia revolucionária tem que levar ao rompimento com a política de subordinação do proletariado à burguesia, à separação entre o partido do proletariado e os partidos da burguesia.

Agindo como força independente, os comunistas - e de um modo geral as esquerdas brasileiras - terão um lugar ao sol e alcançarão o êxito, arrastando as massas. As chamadas elites brasileiras já demonstraram o seu fracasso. Seria para nós um desastre tentar qualquer saída que comprometa nossa independência diante delas.

Atuando com as forças básicas da revolução, o trabalho mais importante, aquele que tem caráter prioritário, é a ação no campo, o deslocamento das lutas para o interior do país, a conscientização do camponês. No esquema estratégico brasileiro, o pedestal da ação do proletariado é o trabalhador rural. A aliança dos proletários com os camponeses é a pedra de toque da revolução brasileira. Ela significará um grande passo à frente - ou seja, a substituição do esquema burguesia-proletariado por um plano estratégico marxista. Nesse plano, o camponês e o campo desempenharão o papel decisivo no apoio à luta das massas urbanas. E é sob esse aspecto que se trata de abrir uma segunda frente. O que quer dizer que não devemos limitar nossa ação exclusivamente às cidades, onde aliás, além dos entendimentos de cúpula, necessitamos de uma profunda penetração entre o proletariado nas grandes empresas. Isto é indispensável. Mas não haverá possibilidade de êxito estratégico, a não ser com a segunda frente, no campo.

Outro elemento básico no plano estratégico marxista são as forças militares e o papel que desempenham na resolução - assunto de que nos ocuparemos em esboço seguinte.

A possibilidade de cisão das forças militares - possibilidade prevista no complexo quadro político brasileiro - interessa no plano estratégico como um fator provável da guerra civil. As forças populares e nacionalistas devem estar então prevenidas e providas de total independência, que lhes permita a mais ampla liberdade de ação, para não ficarem a reboque de uma ou outra das facções em luta.

A solução da crise crônica brasileira - pela via armada, como solução advinda do proletariado - exige árdua luta e sacrifícios por parte da vanguarda. É uma solução de profundidade, visando sempre ao trabalho paciente, tenaz e contínuo com as forças permanentes da revolução. E conta com a possibilidade de apoio de amplas camadas, uma vez que cresce o descontentamento popular, e a ditadura acelera os passos para a institucionalização.

A experiência brasileira mostra a necessidade de insistir-se numa solução revolucionária.

Nas atuais condições históricas, renunciar à estratégia revolucionária é comprometer o futuro do Brasil e da América Latina.
(continua no próximo número)

O MOVIMENTO ESTUDANTIL... (continuação da página 23)

âmbito nacional sobre a questão universitária; os estudantes secundários se reorganizam e passam a desempenhar um papel no conjunto do movimento. O resultado de tais discussões, o progresso político e ideológico que representam no encaminhamento da luta se faz visível no 29 Congresso da UNE. Pela primeira vez a análise sistemática da situação de classe dos estudantes, das contradições internas ao movimento, coordenação da luta contra o PEG e formulação de uma estratégia revolucionária para o movimento; análise de problemas, de alternativas organizatórias. O 29 Congresso se polarizou em torno de duas posições, a partir do balanço da experiência anterior. 1) auto-crítica do MCD e lançamento da "Aliança Operário-Estudantil-Camponesa", o que implicava no abandono da posição reformista anterior, permanecendo no entanto a concepção vanguardista da Revolução (os estudantes como "aliados" das classes objetivamente revolucionárias). Era esta a posição da Ação Popular, Política Operária e IV Internacional (Posadas). 2) Auto-crítica do MCD; análise da situação de classe dos estudantes, desencadeamento da luta reivindicatória no interior da Universidade combinada com a luta política; trabalho junto à massa estudantil e extrapoliação da luta geral contra o poder a partir da constatação de um poder burguês "existente também dentro da Universidade". Tais posições, defendidas pelas dissidências do PC e por revolucionários "independentes" foram a base programática das candidaturas oposicionistas José Dirceu (UEE de São Paulo) e Vladimir Palmeira (Guanabara), em parte responsáveis pela "explosão de 68".

A partir de 67, São Paulo e Guanabara, secundariamente Minas Gerais se constituem nos centros mais dinâmicos do movimento estudantil. Em São Paulo por causa do governador Sodré, então pretendente civil à presidência, por tática, restringia a repressão; de resto, o maior controle das forças repressivas, o baixo nível ideológico e a pouca concentração dos universitários reduziram o Nordeste e o Rio Grande do Sul a áreas de segunda importância política para o movimento.

Na Guanabara, a agitação se desencadeia em torno do restaurante estudantil (Calabouço). O desfecho desse movimento se dá a 28/3/68 com o assassinato do estudante Edson Luís pela Polícia Militar; foi também a centelha que reabriu as lutas de 68. Em São Paulo os movimentos reivindicatórios de 67 partiram também da exigência de melhores condições alimentares e de moradia. E aí que surgem as primeiras ações violentas do período organizadas clandestinamente (a violência espontânea da massa não era novidade)

Continua no próximo número